

■ Falsificar a moeda!⁸³

.....Michael Hardt⁸⁴

Nas suas últimas aulas no Colégio de França, durante os últimos meses da vida, Michel Foucault celebrou as práticas dos antigos cínicos, como um exemplo de vida política e filosófica. Anacronicamente, ele caracterizou o trabalho dos cínicos como uma forma de “militância”, que ele emparelhou às lutas revolucionárias modernas. A “filosofia do cão” dos cínicos, de fato, suas práticas de pobreza, seus métodos de contestar as instituições sociais existentes e suas estratégias de criar novas formas de vida social aparecem na obra de Foucault como, em alguns aspectos, uma maneira de superar as tradições revolucionárias modernas, e assim servem como base produtiva para pensar a atividade e a transformação políticas, na presente era da biopolítica.⁸⁵

No curso da análise dos cínicos, Foucault conta uma história enigmática sobre Diógenes de Sinope. De acordo com um relato contado por Diógenes Laércio, um historiador antigo, Diógenes de Sinope vai ao Oráculo de Delfos em busca de conselhos. O oráculo o instrui a “falsificar a moeda!” (“Parakharatein to nomisma”). O historiador antigo relata várias versões da biografia de Diógenes, para lançar luz sobre esse mandamento enigmático. De acordo com uma fonte citada por Foucault, por exemplo, o pai de Diógenes havia trabalhado como cambista de dinheiro em Sinope, e acabou condenado por falsificação por, literalmente, adulterar a face ou efigie impressa nas moedas. (Embora o verbo, na frase em grego, *parakharatein to nomisma* seja usualmente traduzido por “falsificar”, uma tradução mais literal pode ser: “mudar a face ou caráter da moeda”, numa etimologia estreitamente relacionada àquela da palavra inglesa *counterfeit* [NT. ou, em português, contrafação.]) Foucault demonstra pouco interesse por essas explicações biográficas, focando nas ressonâncias filosóficas das palavras do oráculo. “O que é importante, e em todo caso o que quero reter é que o princípio – ‘modifique

83 Traduzido por Bruno Cava, de *Falsify the currency! Foucault and crisis*, palestra na Duke University, 2011.

84 Obrigado a Moïshe Postone por seus prestativos comentários a este ensaio. Todas as traduções [para o original em inglês], a menos que indicado de outra forma, são minhas.

85 Exploro a noção de militância biopolítica que Foucault desenvolve nessas aulas em “The Militancy of Theory”, *South Atlantic Quarterly* 110, n. 1 (2011). 19-35.

sua moeda’, ‘mude o valor de sua moeda’ – seja tomado como um princípio de vida, e mesmo o mais fundamental e característico princípio dos cínicos” (FOUCAULT, 2009, p. 222). Foucault vai mais além, ao notar a ressonância linguística, em grego, entre *nomisma* (moeda) e *nomos* (costumes e normas). “O princípio de alterar a *nomisma* é também o de alterar o costume, romper com ele, quebrar as regras, hábitos, convenções e leis” (ibidem p. 223-224). É provável, em verdade, Foucault sustenta, que independente da formulação original, o princípio tenha sido recebido e entendido desse modo, como um mandamento por transformação social. Mudar a moeda, assim, quer dizer realizar o projeto de criar uma nova vida e um novo mundo.

Foucault passa por essa história relativamente rápido em suas aulas, mas penso que seja útil investigar mais a fundo os possíveis significados do mandamento oracular. O que podemos desenvolver da instrução do oráculo, de mudar a face da moeda e, mais importante, como essa tarefa esclarece a militância dos cínicos, como uma estratégia adequada para a era da biopolítica, como Foucault parece sugerir? A história antiga de Diógenes se torna mais significativa para nós, uma vez reconhecido que o valor, no reino da biopolítica, não é apenas plástico, mas também imensurável, o que revela uma simetria curiosa e desconcertante entre as tecnologias financeiras e as da produção biopolítica. Particularmente, no contexto da presente crise econômica e financeira, o mandamento de falsificar a moeda assume duplo significado. Por um lado, captura a maneira com que os instrumentos de controle financeiro, especialmente os derivativos financeiros, aprisionam os valores sociais num curral, capturando-os nos circuitos de acumulação capitalista. Por outro lado, entretanto, e em oposição a isso, as lutas biopolíticas contra o controle capitalista neoliberal também têm de descobrir mecanismos ou tecnologias para transformar a moeda ou, realmente, imprimir uma nova face no valor social. O que proponho neste ensaio, portanto, não é tanto uma interpretação de Foucault, mas uma investigação das possibilidades de luta biopolítica dentro e contra a crise, adotando algumas das sugestões de Foucault como pontos de partida.

Falsificações financeiras

Pode facilmente parecer, especialmente em tempos de crise, que o capital financeiro e os governos neoliberais atentaram ao mandamento do oráculo a Diógenes. Porque eles, de fato, operam mediante a falsificação da moeda⁸⁶. Quando

86 Deve-se manter em mente que as depreciações e crises são um aspecto regular de muitas sociedades coloniais e pós-coloniais, em que a instabilidade do valor econômico corresponde em muitos casos a uma similar instabilidade dos valores sociais. Ver, por exemplo, as análises

os preços da moradia, os índices das bolsas de valores, e outras representações do valor despencam, depois do estouro de uma bolha, fica claro como os mercados financeiros não estão trabalhando no plano de valores estáveis ou fixos, mas tratam o valor como móveis e plásticos, manipulando-os para o lucro. As finanças trabalham por meio de uma constante mudança da face ou caráter do valor. As estratégias aplicadas pelos governos neoliberais para enfrentar as crises igualmente buscam transformar as estruturas de valor fluido. As depreciações da moeda, tal como a depreciação do peso argentino durante a crise econômica de dezembro de 2001, são uma arma padrão, à disposição no arsenal de governos neoliberais e do Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de reestruturar os valores econômicos. Adicionalmente, falsificar a moeda é uma caracterização precisa para os programas de austeridade, os projetos de privatização de indústrias e bens públicos, o desinvestimento [defunding] de fundos de pensões, os repasses “emergenciais” para salvar [bailouts] bancos e empresas com problemas de solvência, assim como outros esforços dirigidos a repactuar contratos sociais estabelecidos e reestruturar a relação entre capital e trabalho. Programas de falsificação como esses têm sido aplicados numa escala massiva pelo mundo, desde a crise de 2008. Aqui, também, mesmo quando as estratégias neoliberais são justificadas como uma tentativa de retorno aos valores reais de antes da crise, pagando as dívidas de uma prodigalidade econômica; essas ações, na realidade, servem para capitalizar sobre a plasticidade do valor, transformando a sua face ou caráter, de modo a transferir riqueza e crédito de um segmento social a outro.

Reconhecer as estratégias de transformação dos valores e, nesse sentido, falsificar a moeda, não somente da parte de banqueiros, especuladores e financistas, mas também de governos e instituições liberais, levou muitos a advogar uma estratégia oposta. As causas da crise, segundo essas análises, bem como a injustiça das respostas neoliberais, derivam do fato que *a economia real foi subordinada à economia fictícia*. Os valores financeiros são fictícios no sentido que não são controlados pelas métricas estáveis e tradicionais da economia industrial e, destarte, sujeitas ao irracional, a disparadas e quedas. Um capitalismo de cassino abastecido por manipulações e especulações, que é não somente injusto por causa da distribuição de riqueza, mas também por estar constantemente em risco de crise. A raiz da crise econômica e financeira, desta perspectiva, pode ser traçada à perda da medida: os instrumentos financeiros teriam desfigurado os valores mensuráveis e reais de bens materiais, particularmente os bens industriais, e

agudas de Charles Piot de um momento assim no Togo: “Hedging the Future: Togo’s visa lottery” (American Anthropological Association annual meeting, 18 de novembro, 2011).

distorceriam suas medidas. A única estratégia possível para enfrentar essas crises, neste raciocínio, como uma forma adequada de resistência ao poder das finanças, estaria em restaurar a primazia da economia real e subordinar-lhe os valores financeiros e fictícios. É assim, o argumento continua, que deveríamos enfrentar os desfiguradores da moeda. O mandamento dos cínicos de falsificar a moeda serve neste contexto para acusar esses poderes de controlar e distorcer a economia contemporânea⁸⁷.

Minha visão é que a narrativa convencional sobre a prioridade da economia fictícia sobre a real, tanto como causa da injustiça econômica quanto da crise, que apresentei de forma resumida, está correta somente pela metade. É importante reconhecer hoje a natureza fictícia das finanças, a plasticidade dos valores econômicos, e os modos que os instrumentos financeiros e os governos neoliberais funcionam por meio da transformação de valores e da adulteração da face da moeda. O erro está em rejeitar esses valores fictícios em nome de uma volta aos valores estáveis da economia “real”. “Não existe mais nada ‘real’ no depósito da produção capitalista”, argumenta Alain Badiou (2008), “do que na sua sala de negócios ou seus fundos de investimento”⁸⁸ A divisão entre real e fictício, eu sustento, confunde as formas dominantes de produção e propriedade que caracterizam a economia hoje; e preserva, com efeito, um imaginário industrial em plena era da produção biopolítica. Adicionalmente, nesse contexto, essa visão da economia contemporânea nos limita a ver o mandamento dos cínicos como uma operação puramente negativa. No contexto econômico contemporâneo, como podemos fazer nosso projeto de alterar a face da moeda e transformar os valores sociais e econômicos?

Valores imensuráveis da produção biopolítica

O primeiro passo em direção ao entendimento de como o mandamento de Diógenes pode ser feito nosso está em reconhecer que estamos entrando na era da produção biopolítica, em que os valores da produção econômica não são estáveis e, neles mesmos, se tornam fundamentalmente imensuráveis. Para evitar confusão, devo estabelecer de uma vez que a tese que a economia capitalista entrou na era da produção biopolítica, o que muitos autores inclusive Antonio Negri e eu mesmo sustentamos, não implica que hoje existam menos trabalhadores na indústria, agricultura ou outro setor tradicional. A tese não é essencialmente quan-

87 Para uma análise clássica e acusação do capitalismo de cassino, ver Susan Strange (1986).

88 Badiou com razão critica a narrativa padrão que a causa da crise é explicada pela disjunção entre a economia real e a fictícia.

titativa, mas qualitativa. Isto é claro se alguém der um passo para trás e olhar ao estágio anterior. De meados do século 19 até o fim do século 20, a predominância da produção industrial não se definia por termos quantitativos. Mesmo nos países industriais mais desenvolvidos, no auge do fordismo, a maioria dos trabalhadores não estava nas fábricas. O que definia a era como industrial eram as qualidades da indústria, inclusive seus instrumentos mecânicos, suas relações assalariadas, seu dia de trabalho, e suas temporalidades, que foram progressivamente impostas sobre outros setores da produção econômica e a sociedade como um todo. Hoje, a tendência dominante, sustentamos, é pelas qualidades não da indústria, mas da produção biopolítica.

Por “produção biopolítica”, entendo que signifique a produção de bens que se caracterizam primariamente não pelos atributos materiais, mas pelos imateriais. A produção de ideias, imagens, linguagens, códigos, afetos e relacionamento social é típica da economia biopolítica. Saúde, educação, setor de serviços, cuidado dos outros, trabalho científico, indústrias das comunicações e produção cultural são alguns dos setores econômicos nos quais a produção biopolítica é mais evidente. Porém, de modo a sustentar a nossa tese, seria preciso verificar a tendência para todos os setores da economia e para a sociedade inteira, como progressivamente influenciados e transformados pelas qualidades e relações da produção biopolítica, da mesma forma que a influência da produção industrial foi sentida anteriormente. Teríamos de demonstrar, por exemplo, a pressão de a produção industrial se tornar comunicativa, da agricultura se tornar mais focada na informação (no germoplasma de sementes, por exemplo), e de outros setores absorverem as qualidades relacionais⁸⁹. Uma série de transformações da vida e teoria econômicas decorrem dessa tendência, incluindo um esfumaçamento da fronteira convencional entre produção e reprodução, bem como entre tempo de trabalho e tempo livre, colocando na berlinda o estatuto do dia de trabalho. Essas teses requerem evidência e argumentação extensivas, que foram buscadas alhures⁹⁰. O mais importante para o meu argumento aqui está em que o objetivo último

89 É importante, a meu ver, não interpretar essa passagem da era industrial para a biopolítica em termos de uma distinção convencional entre trabalho mental e manual. A produção biopolítica requer uma mistura de forças intelectuais e corporais, assim como a indústria, agricultura, e outras formas de produção. Isso é parte da razão de minha relutância em descrever a produção biopolítica unicamente por seus aspectos cognitivos, como alguns fazem, em termos como *capitalism o cognitivo* ou *cognitariado*.

90 Para uma amostra da literatura extensiva a respeito, ver Michael Hardt e Antonio Negri (2009); Yann Moulier Boutang (2011); e Andrea Fumagalli (2007).

da produção biopolítica é a criação e manutenção de uma forma de vida. Esta faz, de fato, parte da lógica em nomear essa produção *biopolítica*.

A perspectiva da produção biopolítica nos ajuda a entender o argumento de Karl Marx que, apesar de a mercadoria ser a forma inicial de aparição do valor numa sociedade capitalista, o capital é, em última instância, uma relação social, e como tal deve ser permanentemente reproduzida. Foucault estende essa linha marxiana de pensar para mais além, numa entrevista com Duccio Trombadori, quando, a fim de explicar a diferença entre o seu próprio pensamento e o da Escola de Frankfurt, reflete sobre a noção de Marx que “o homem produz o homem”. Foucault explica que, embora a declaração de Marx lida como um princípio humanista, o que poderia significar a produção do homem desdobrando uma essência preexistente “humana”; esse processo também pode ser entendido, de outro modo, como um ato de criação, que produz uma humanidade que não existia, uma produção além do esquema convencional, que a economia capitalista não pode capturar. Foucault continua: “Não concordo com quem entende essa produção do homem pelo homem como sendo realizada segundo a realização do valor, a produção de riqueza, ou como um objeto para uso econômico; ela é, muito mais do que isso, a destruição do que nós somos e a criação de algo completamente diverso, uma inovação total” (FOUCAULT, 1994, p. 41-95)⁹¹. A produção biopolítica, que envolve a produção de relações sociais, subjetividades e formas de vida, constantemente excede as medidas do comando e acumulação capitalistas.

A passagem para a era da predominância da produção biopolítica na economia pode ser reconhecida também em termos de uma tendência paralela, em que as formas imateriais de propriedade se tornam cada vez mais relevantes em relação às formas materiais tradicionais. De certo modo, hoje o embate no reino da propriedade é semelhante ao conflito na aurora da era industrial, que Marx descreve entre a propriedade da aristocracia da terra e a nova burguesia industrial. Marx caracteriza-o como uma batalha entre propriedade imóvel (como a terra) e móvel (incluindo mercadorias industriais). As qualidades da mobilidade, segundo Marx, irão inevitavelmente ultrapassar os valores fixos da propriedade imóvel. Hoje, o desafio primeiro no reino da propriedade não é mais aquele que a mobilidade coloca à propriedade fixa, que a imaterialidade coloca para a propriedade material, mas, sim, o desafio da reprodutibilidade colocado pelos produtos biopolíticos. Produtos biopolíticos, tais como ideias, conhecimento afetos, códigos e coisa do tipo são facilmente reprodutíveis e tendem a escapar ou transbordar a

91 Esse artigo foi publicado em inglês como Michel Foucault, *Remarks on Marx: Conversations with Duccio Trombadori* (Nova York: Semiotext(e), 1991).

lógica da escassez e os limites legais que policiam e alicerçam as relações tradicionais de propriedade. Mecanismos legais, tais como as patentes e o sistema de direitos autorais, buscam conter a natureza reprodutível dos bens biopolíticos, com vistas a manter a propriedade privada, e impor-lhes a lógica da escassez. Lutas a respeito do uso de biofarmacêuticos, da biopirataria, e da propriedade das sementes são apenas alguns exemplos da vasta arena de batalhas legais ao redor das formas biopolíticas de propriedade. Mas, assim como nos tempos de Marx era claro que a mobilidade e a propriedade móvel iriam progressivamente vir a predominar nas relações de propriedade, também hoje está claro como a reprodutibilidade dos produtos biopolíticos vai eventualmente transformar e matizar o reino legal das relações contemporâneas de propriedade⁹².

Se é verdade, como sustentamos, que a produção biopolítica está se tornando predominante na economia, então, para retornar a meu ponto anterior, faz pouco sentido criticar o “capital fictício” das finanças e especulação, em nome da “economia real” e seus valores sólidos. Pode parecer que, na economia biopolítica, a relativa estabilidade trazida pela predominância de mercadorias industriais, materiais e seus valores foram minados e, em vez disso, bens econômicos e valores estão se tornando progressivamente irrealis ou fictícios. Mas a distinção entre o real e o ficcional não apreende a situação, nem a noção que teríamos passado de uma economia centrada na produção para uma centrada na circulação⁹³. Ao invés de assumir que a produção se manteve a mesma, e que está sendo subordinada ao poder fictício da circulação, a tese biopolítica localiza a mudança mais importante no interior da própria produção, e acentua a reprodutibilidade (adicionalmente à velocidade de circulação) dos bens que emergem como predominantes.

Uma consequência significativa da tese, que estamos entrando na era da produção biopolítica, é que a mensuração dos valores econômicos está se tornando cada vez mais difícil e indeterminada. Em parte, e por causa de sua reprodutibilidade, os valores dos produtos biopolíticos não são mensuráveis, pelo menos não pela métrica tradicional, material, da economia industrial. Isto não significa dizer que ideias, códigos, afetos e, mais relevantemente, relacionamentos sociais e formas de vida são irrealis ou sem valor. Pelo contrário, seus valores são reais,

92 Para a análise de Marx da disputa entre formas móveis e imóveis de propriedade, ver *Economic and Philosophical Manuscripts* (1975, p. 336-341).

93 Em sua excelente análise dos derivativos, Edward LiPuma e Benjamin Lee (2004) não caracterizam a atual era em termos de economias reais e ficcionais, mas em vez disso sustentam que nós estamos passando por um deslocamento de uma economia centrada na produção para uma centrada na circulação, dominada pelo capital especulativo.

e constantemente excedem quaisquer medidas tradicionais que possam ser impressas neles. Essa tese a respeito da imensurabilidade do valor dos produtos biopolíticos deve ser emparelhada com os argumentos que a dita teoria trabalhista do valor não mais funciona na economia capitalista. Marx, na esteira de David Ricardo, postulou uma relação quantitativa entre o tempo de trabalho requerido em média para produzir a mercadoria e o valor da mercadoria. Começando nos anos 1970, correntes heterodoxas da teoria marxista, analisando as mudanças nas práticas do trabalho e o deslocamento do centro da economia para fora da fábrica, sustentaram que a teoria do valor se tornava menos e menos plausível, pois ela se fundamenta numa relação quantitativa entre trabalho e valor. Ademais, argumentavam eles, a lei capitalista do valor é, na base, uma lei da exploração: uma lei que institui e suporta um sistema desigual de valores. O ponto não era provocar dúvidas acerca da relação causal entre trabalho e valor, – trabalho, esses teóricos mantêm, permanece a fonte de riqueza na produção capitalista; – mas, sim, questionar a possibilidade de estipular uma medida quantitativa e confrontar a relação de exploração⁹⁴. A tese sobre os produtos biopolíticos prolonga essa linha de pensamento. Não apenas o valor econômico das mercadorias não é representável em quantidades de tempo-trabalho, mas o valor dos produtos biopolíticos tende a trair e exceder qualquer um os esquemas capitalistas de mensuração.

O problema econômico contemporâneo da medida não é, evidentemente, uma charada apenas para a teoria marxista. Exércitos de técnicos capitalistas lutam para quantificar valores fundamentalmente imensuráveis. As seguradoras, por exemplo, exercitam-se numa ginástica extraordinária para quantificar o valor de uma empresa, sabendo em que a propriedade material da empresa, bem como a imaterial, como patentes e direitos autorais, formam somente uma fração de seu valor. Contadores similarmente usam conceitos como boa fé e bens intangíveis, para tentar mensurar o valor de bens e marcas. Essas são algumas indicações do fato de uma crescente incapacidade de quantificar o valor dentro de uma economia biopolítica.

Produção biopolítica e financeira

As indústrias financeiras constituem o segmento da economia capitalista que mais se engaja diretamente com o plano dos valores imensuráveis. Christian Marazzi argumenta que, a fim de entender o funcionamento contemporâneo das

94 Para considerações críticas sobre a teoria trabalhista do valor, ver Moishe Postone, 1993; Negri, 1989; Negri, 1995, p. 149-180.

finanças, e especificamente a sua conexão com valores imensuráveis, nós temos de localizá-lo firmemente no domínio da produção biopolítica. Para Marazzi, a financeirização “não é um desvio parasitário ou improdutivo das cotas crescentes de mais-valor e poupança coletiva, mas a forma da acumulação capitalista simétrica aos novos processos de produção de valor” (MARAZZI, 2010, p. 36). A simetria pode ser reconhecida, à primeira vista, no fato que, nesses campos, o perigo de contrafação ou falsificação de valores é especialmente agudo. A primeira impressão, contudo, não é exatamente correta. Se a contrafação altera um valor estável e estabelecido para outro igualmente estável e estabelecido, a operação financeira procura quantificar valores fluidos e imensuráveis. A simetria realmente se situa no fato que as finanças e a produção biopolítica lidam fundamentalmente com campos de valor que são imensuráveis ou além da medida.

Uma das operações básicas realizadas pelas finanças em geral, e pelos derivativos financeiros em particular, consiste em criar medidas quantitativas para bens cujo valor é fundamentalmente imensurável, e imprimir uma face neles, de maneira que possam funcionar e ser negociados nos mercados capitalistas. Este é um dos modos mais facilmente reconhecíveis nos derivativos, que fazem do risco uma mercadoria negociável. O risco, é claro, constitui o elemento definidor de todos os derivativos, desde títulos sobre mercadorias futuras [negociáveis na expectativa de produção] até instrumentos contemporâneos mais complexos e abstratos [como títulos de crédito de segunda ordem, como papéis de securitização]. Edward LiPuma e Benjamin Lee explicam: “O que faz das relações sociais de circulação financeira tão historicamente inovadoras é que elas se definem e são determinadas por meio da quantificação e precificação do risco” (LIPUMA e LEE, p. 141). O risco não tem, imediatamente, uma medida quantitativa. Pode-se, no entanto, projetar probabilidades e criar medidas para o risco. Os derivativos essencialmente transformam o risco numa mercadoria negociável e, para fazê-lo, conferem-nos uma medida quantitativa.

Pode-se firmar o mesmo ponto de outro ângulo. Os keynesianos criticam a teoria econômica neoclássica e da Escola de Chicago por pressuporem que o risco possa ser precificado corretamente e que, portanto, os mercados financeiros tenham a capacidade de autorregular-se. O risco requer quantificação, com vistas a funcionar como mecanismo de estabilidade. Os keynesianos sustentam, ao contrário, que o risco não pode ser medido de maneira confiável. Contrastando às teorias neoclássicas dominantes e políticas neoliberais, como explica Robert Skidelsky, as propostas de Keynes para obter a estabilidade do mercado e econômica em geral se concentram não tanto em calcular o risco, mas em gerenciar a incerte-

za. A incerteza, em contraste ao risco, ele sustenta, não pode ser quantificada, de modo a ser gerida e regulada (SKIDELSK, 2009, p. 32-42).

A função quantificadora dos derivativos não está limitada à geração de medidas e precificação do risco, mas, em alguns casos, também se refere à natureza dos elementos subjacentes [*assets*] ao derivativo. É verdade que alguns derivativos, por exemplo, títulos futuros de arroz, se baseiam em produtos subjacentes que podem ser prontamente quantificáveis como valores na economia capitalista, e nesses casos o derivativo quantifica o risco associado àquela mercadoria em relação ao tempo. Mais importante, e mais interessante, entretanto, são os derivativos cujos produtos subjacentes não podem ser imediatamente quantificáveis, como os derivativos das condições climatológicas ou, mais significativamente, derivativos que conjugam produtos subjacentes díspares e não compossíveis. Dick Bryan e Michael Rafferty descrevem esse processo como a “função misturadora” dos derivativos. Uma vez que os derivativos são separados ou abstraídos de seus produtos subjacentes, eles podem vir a aglutinar uma variedade de tipos de produtos em um único produto financeiro. De maneira a aglutinar esse conjunto, no entanto, o derivativo deve estipular uma medida comum para todos os valores envolvidos. A função central dos derivativos, de acordo com Bryan e Rafferty, é, portanto, computacional: “eles incorporam sistemas de cálculo que comensuram formas diferentes de capital, conforme as normas competitivas” (BRYAN e RAFFERTY, 2007, p. 142). Um processo de comensuração pode envolver simplesmente trazer juntos dois ou mais sistemas de mensuração existentes, o que já é um procedimento difícil de cumprir, em parte, por meio da abstração. O processo realizado pela maioria dos derivativos é ainda mais complexo e desconfortável, porque antes da comensuração, eles devem imprimir um valor em produtos cujo valor não é facilmente quantificável. Lawrence Grossberg explica: “Confrontando um mercado cada vez mais complexo, com valores mutantes e incomensuráveis, numa situação em que ninguém sabe como medir o valor de produtos financeiros específicos, ou como calcular seu valor comparativo, os derivativos parecem incorporar uma resposta, apresentando-se como uma máquina de calcular impossível, porém administrável” (GROSSBERG, 2010, p. 299). Grossberg chega a sugerir que uma das raízes da crise econômica e financeira que eclodiu em 2008 foi a falsa premissa que os derivativos, como máquinas econômicas de calcular, eram capazes de adequadamente fixar e comensurar valores na economia contemporânea (ibidem, p. 324) – uma hipótese importante e desafiadora que merece ser desenvolvida.

Meu principal interesse neste ponto do argumento, é estabelecer a relação simétrica, como diz Marazzi, entre finanças (e especialmente os derivativos financeiros) e a produção biopolítica. A simetria reside primariamente no fato que, como a produção biopolítica, as finanças operam no campo dos valores imensuráveis. Não deve surpreender, assim, que os dois tenham uma trajetória histórica similar. Em meados dos anos 1970, quando a predominância da produção industrial começou a ceder lugar à produção biopolítica, o papel dos derivativos começou a crescer exponencialmente na economia capitalista. É até razoável, eu penso, em arriscar a hipótese (que deve ser fundamentada e verificada), que a emergência da produção biopolítica criou as condições para a existência dos valores imensuráveis ou incomensuráveis, a partir do que os derivativos financeiros foram a resposta como um instrumento para quantificar o valor, para a acumulação capitalista.

Governança neoliberal

Foucault não desenvolve uma teoria econômica da produção biopolítica como a esbocei aqui, mas, em alguns aspectos, a sua análise do neoliberalismo se articula com essa teoria. Em seu curso de 1979, *O nascimento da biopolítica*, Foucault propõe ler o neoliberalismo no quadro geral da biopolítica (FOUCAULT, 2009)⁹⁵. Seu ponto de partida está no reconhecimento que o neoliberalismo não opera nem segundo uma lógica centrada no estado, nem de um regime econômico que busca proteger a si próprio e o mercado, da ação dos governos. O neoliberalismo não se pauta pelas noções tradicionais de *laissez-faire* do liberalismo. Neoliberalismo, noutras palavras, não é estratégia para minimizar ou limitar o governo, mas um modo de governança que intervém nos domínios social e econômico, tão incisivamente e frequentemente como qualquer outra forma de governo.

O que faz a governança neoliberal *biopolítica*, para Foucault, é que ela não age apenas para regular populações e gerenciar a atividade social e econômica, mas, mais centralmente, produzir subjetividades e criar formas de vida. A intervenção do governo neoliberal, explica, “tem de intervir na sociedade como tal, em seu tecido e profundidade” (ibidem, p. 145). Em uma linha de sua análise que desenvolve esse tema, por exemplo, Foucault insiste que focar somente os processos de mercantilização na sociedade capitalista não pode apreender suficientemente a profundidade das estratégias neoliberais, que criam, diz ele,

95 Mesmo que essas aulas tenham sido ministradas antes que os governos de Thatcher e Reagan tenham aplicado o neoliberalismo, Foucault apreende alguns dos elementos dominantes do neoliberalismo, sob os quais vivemos hoje, essencialmente através da leitura de autores de língua alemã e das ações pós-segunda guerra pelo governo alemão.

nem tanto uma sociedade de mercado (ou, como ele coloca, uma sociedade de supermercado), mas uma sociedade de empresa. Uma perspectiva baseada primariamente na relação com as mercadorias permanece, na visão de Foucault, ainda muito exterior ao sujeito, e não pode apreender as suas qualidades produtivas centrais, tendendo a ver o tecido social como homogêneo. A governamentalidade neoliberal, para Foucault, envolve “obter uma sociedade que não é orientada no sentido da mercadoria ou da uniformidade da mercadoria, mas da multiplicidade e diferenciação da empresa” (ibidem, p. 149). A governamentalidade neoliberal generaliza a lógica da empresa e produz uma multiplicidade de empresas individuais – uma forma de vida “empresa”. (ibidem, p. 241) O capital através de sua história, e em todas as suas formas, mantém uma relação forte com o biopoder, como outros escritos de Foucault sobre o sujeito expõem. Mas, nessas aulas sobre a governança neoliberal, são apresentadas estratégias biopolíticas que hoje atuam mais diretamente e intensamente do que nunca.

Há muito mais a dizer sobre a governança neoliberal e o entendimento de Foucault sobre ela, mas, aqui, estou prioritariamente interessado na simetria entre a natureza biopolítica da governança neoliberal e as forças produtivas contemporâneas. Ao mesmo tempo em que o centro de gravidade da economia capitalista se desloca da produção de mercadorias materiais para a produção de bens biopolíticos ou imateriais, como ideias, relações de cuidado, afetos, redes de comunicação, códigos e linguagens, e apenas quando os métodos das finanças e especialmente os derivativos financeiros vêm a ocupar um papel central na gestão da vida econômica e na garantia da acumulação do capital; o modo dominante da governança passa a focar mais fortemente na produção de subjetividade e modos de vida. Em nenhum desses casos, dá-se uma ruptura radical com o passado, porém, em verdade, um ponto de inflexão sutil, de qualquer modo significativo.

Uma estranha simetria

O que deveríamos fazer dessa estranha simetria, que conecta a produção biopolítica às tecnologias das finanças e a governança do neoliberalismo? Isso degrada a produção biopolítica até o nível das finanças, sugerindo íntima conexão ao modo neoliberal de acumulação capitalista? Ou, pelo contrário, enobrece as finanças e o neoliberalismo, como de alguma forma adequado, ou mesmo necessário, aos processos produtivos contemporâneos? Não, as finanças e o neoliberalismo são simétricos simplesmente porque operam sobre o mesmo plano produtivo; mas um e outro funcionam completamente diferentes nesse mesmo plano. As finanças implicam valores imensuráveis, assim como a produção biopolítica. Mas as finan-

ças, contrariamente à produção biopolítica, buscam quantificar esses valores de modo a, primeiro, se tornarem negociáveis nos mercados capitalistas e, segundo e mais importante, se conformarem às necessidades da exploração e da acumulação capitalistas. As finanças não são apenas uma vasta máquina de calcular, mas também uma tecnologia capitalista para a expropriação e acumulação de riqueza. O neoliberalismo, como a produção biopolítica, está centralmente debruçado sobre a produção de subjetividade, mas ele também o faz a fim de reorganizar os valores sociais e econômicos segundo os interesses da acumulação. A simetria sugere, portanto, que o problema com as finanças e o neoliberalismo está, certamente, não em seu engajamento com valores imensuráveis, seus poderes de abstração, sua orientação sobre as formas de vida, ou mesmo no fato que eles imprimem uma face na moeda dos valores biopolíticos. O problema, em verdade, está no modo que, através de mecanismos de medida e quantificação, as finanças e o neoliberalismo impõem um controle sobre o campo biopolítico e, terminam por sustentar e reproduzir as relações de exploração nos circuitos de acumulação capitalista.

Se retornarmos agora ao contexto da interpretação de Foucault do mandamento de Diógenes, é sugerido que as finanças e a governança neoliberal não consistem apenas em estratégias ou tecnologias, que podem operar no plano do valor biopolítico. “Pode-se sustentar que a expressão *parakharattein to nomisma* significa ‘mudar a moeda’”, Foucault explica, “mas nos dois sentidos, um pejorativo e um positivo ou, em qualquer caso, neutro. Isto pode ser, de fato, uma alteração desonesta da moeda. Mas também pode ser uma mudança da efígie que permita restabelecer o verdadeiro valor da moeda.” (FOUCAULT, 2009, p. 221) O que significaria, no campo biopolítico, mudar a efígie da moeda e restabelecer – ou, realmente, estabelecer pela primeira vez – o seu valor real? (Meu sentido é que, segundo o raciocínio de Foucault, essa formulação ressoa com o chamado de Nietzsche para revalorar todos os valores, embora a proposição de Nietzsche não pareça nos levar muito além, ou conferir mais precisão ao mandamento de Diógenes, quando confrontado com a produção biopolítica.) Mudar a efígie, criar uma face para a moeda biopolítica, não implica medir e quantificar o valor. Seu propósito é, em vez disso, conferir significado e, nesse sentido, determinar o caráter desse plano de valor. Para fazer do mandamento de Diógenes o nosso, e mudar o caráter da moeda num sentido positivo, devemos inventar uma tecnologia que seja igual ao poder das finanças de imprimir uma face no valor e à habilidade do neoliberalismo de organizar a produção social – mas numa tecnologia que faça isso de um modo completamente diferente. Essa tecnologia poderia instituir o que alguém poderia chamar, com considerável ironia, uma lei comunista do valor,

isto é, um esquema equitativo, democraticamente determinado e não capitalista, para a administração e o gerenciamento da riqueza social. Esta seria a “verdadeira face” que poderíamos imprimir no campo do valor biopolítico. Como podemos hoje cumprir esse mandamento? Como podemos criar e instituir novas formas de vida, no campo da produção biopolítica, que sejam iguais aos poderes das finanças e do neoliberalismo? Como podemos mudar o caráter da moeda, para estabelecer o que Foucault chama de seu valor verdadeiro?

Foucault não provê uma resposta a essas questões, pelo menos não diretamente. Na continuação de suas aulas, depois de analisar o mandamento de Diógenes, ele interpreta as práticas dos cínicos como uma forma de militância biopolítica, o que sugere um projeto de criar e instituir novas formas de vida. Mas ele não desenvolve a ponto de que possamos enfrentar o problema de alterar a face da moeda, nos termos que esbocei aqui⁹⁶. Para fazê-lo, se teria de investigar mais plenamente os aspectos fundamentais da atual situação política e econômica, incluindo a composição técnica e política do trabalho biopolítico, as formas de organização do trabalho existentes e possíveis na produção biopolítica, o potencial poder político dos produtores, as possibilidades para a recusa da exploração capitalista, a sabotagem de seus sistemas de controle e, por último, os lineamentos de um poder constituinte adequado à era da biopolítica. Tudo isso, conquanto extremamente importante e valioso, nos levaria muito longe de Foucault.

De maneira a encontrar material para a resposta, no trabalho de Foucault, visto que é a minha tarefa primária aqui, precisamos trocar a marcha e olhar não para alguma proposição teórica de alternativa social, mas, em vez disso, aos relatos de práticas biopolíticas alternativas existentes, particularmente aquelas focadas na produção e transformação de subjetividade. A necessidade desse deslocamento não deve surpreender, uma vez que Foucault constantemente resiste a pressões para responder teoricamente a questões políticas sobre *o que deve ser feito*. Ao invés disso, geralmente em breves e ocasionais escritos, Foucault assume como ponto de partida *o que as pessoas já estão fazendo* e, na base de suas lutas, articula elementos que podem fazer parte de um projeto político futuro.

Luta biopolítica no Irã

Foucault interpretou o levante das massas contra o Xá no Irã, em 1978, em termos que nos dão um ponto de partida útil, para investigar o poder da luta biopolítica hoje. Contratado pelo jornal italiano *Corriere della sera*, que o enga-

96 Sobre a interpretação de Foucault dos cínicos, ver Hardt, “A militância da teoria”.

jou como parte de uma série de filósofos que atuaram como jornalistas amadores, Foucault viajou ao Irã para visitas de duas semanas de duração, em setembro e novembro daquele ano. Em seus artigos ao *Corriere*, Foucault levou a sério a missão jornalística, provendo os leitores de fatos e análises políticas, considerando as relações de força no país, a importância do petróleo iraniano no contexto da guerra fria, a força política relativa do Xá e do clero, e a brutalidade da repressão à revolta popular. Mais interessante, na minha perspectiva, é o modo que, através de seus relatos sobre o desdobramento do levante, Foucault discorre sobre alguns dos aspectos básicos de uma revolta na era biopolítica, aspectos que têm sido repetidos e estendidos em algumas das maiores lutas desde então.

Um desses aspectos é a natureza global da estrutura de poder, contra o que a revolta pode ser dirigida. “Esta é a insurreição de homens desarmados”, Foucault explica, “que quer erguer o grande peso em cada um de nós, mas mais precisamente um peso sobre eles, os trabalhadores da indústria do petróleo, os camponeses nas fronteiras dos impérios: o peso da ordem vigente do mundo inteiro. É talvez a primeira grande insurreição contra os sistemas planetários, a forma mais moderna de revolta e a mais louca.” (FOUCAULT, 1994a, p. 716) Foucault intui, por meio de seu engajamento ante a insurreição iraniana, a emergência de um novo inimigo, um propriamente global – a ordem mundial neoliberal, que é composta por sistemas planetários, e se estende além das divisões dos velhos projetos imperialistas e mesmo a partição binária da Guerra Fria (DELEUZE e GUATTARI, 1987, p. 421)⁹⁷.

A revolta, no entanto, não se exprime imediatamente contra essa nova ordem mundial, mas, e este é seu segundo aspecto, contra um inimigo local, no caso, o xá. Porém, ela se estende além da figura do ditador, num espectro maior de demandas e reclamações globais. “É o mesmo protesto,” Foucault argumenta, “é a mesma vontade expressa por um médico em Teerã e um mulá no interior, por um trabalhador do petróleo, por um empregado do correio, por uma estudante vestindo um chador. Essa vontade tem algo de desconcertante. Ela é sempre sobre a mesma coisa, uma coisa só e muito precisa: a partida do Xá. Mas essa uma coisa, para o povo iraniano, significa *tudo*: o fim da dependência, a desapareção da

97 Durante o mesmo período, Gilles Deleuze e Félix Guattari escreveram da emergência de uma nova máquina de guerra planetária em termos muito similares. “A máquina de guerra reforma um espaço suave que agora clama por controlar, cercar a terra inteira. Guerra total em si mesma é superada, para uma forma de paz ainda mais aterrorizante. A máquina de guerra assumiu o encargo do objetivo de uma ordem mundial, e os Estados são agora não mais que objetos ou meios adaptados a essa máquina.” Deleuze e Guattari (1987, p. 421).

polícia, a redistribuição da receita do petróleo, a batalha contra a corrupção, a reativação do Islã, um outro modo de vida, novas relações com o Ocidente, com os países árabes, com a Ásia etc.” (FOUCAULT, 1994a, p. 715). O Xá, na avaliação de Foucault, apesar de a sua partida constituir a principal reivindicação, não era, realmente, o agente último da dominação que os rebeldes estavam confrontando. O Xá funcionava como um portador de uma matriz complexa de repressão e controle, que se estendia bem além das fronteiras nacionais até o nível global.

Finalmente, o aspecto mais importante da rebelião, que a situa no terreno da biopolítica, é a orientação central no sentido da transformação da subjetividade. Foucault dedica suas análises mais cuidadosas e pungentes sobre o relacionamento ambíguo entre o Islã e a aspiração por uma transformação revolucionária da subjetividade: “A problema do Islã como força política é um problema essencial para a nossa era e os anos por vir. A condição primária para abordá-lo, com pelo menos um pouco de inteligência, é não começar odiando-o” (FOUCAULT, 1994a, p. 708). É bem claro que o clero xiita não constitui, de forma alguma, uma força revolucionária, mas isso também não significa que o Islã e a religião em geral não exercem um papel revolucionário. A religião tinha sido frequentemente, no passado, Foucault nos recorda, uma forma que a luta política assume quando mobilizada no âmbito dos pobres. As práticas religiosas disseminadas pelos pobres no Irã, de fato, com seu foco na vida cotidiana, laços de família, relações sociais, e o cuidado de si, fizeram o Islã disponível como vocabulário básico e pano de fundo para as lutas. “Eu penso que é aí onde o Islã exerceu um papel”, Foucault explica, “A fascinação exercida por essa ou aquela obrigação, esse ou aquele código? Talvez, mas acima de tudo, em relação à forma de vida que era a deles, a religião era para eles como uma promessa e uma garantia de encontrar o que poderia radicalmente mudar a subjetividade deles.” O objeto derradeiro da luta, na visão deles, não era a deposição do Xá, ou mesmo a emancipação de um sujeito social existente, mas também a transformação ou produção de subjetividade ela mesma, que Foucault caracteriza, mais tarde, na mesma entrevista, como “a vontade de uma mudança radical na existência” (FOUCAULT, 1994a, p. 754). Nesse sentido, Foucault lê a insurreição no Irã como fundamentalmente uma luta biopolítica.⁹⁸

98 Durante o curso da insurreição, Foucault está consciente das pequenas chances de vitória das forças revolucionárias que o inspiraram, e ele está desapontado mas não surpreso quando, depois da partida do xá, o poder se solidificou nas mãos do regressado Aiatolá Ruhollah Khomeini e o clero. Foucault foi criticado na França e noutros lugares por ter expressado apoio à insurreição, mas ele não sente necessidade de desculpar-se. Em vez disso, sua reação é celebrar

Por que deveríamos usar o termo *biopolítica* para essas lutas no Irã? Foucault não menciona, de fato, “biopolítica” ou “neoliberalismo” em seus escritos sobre o Irã. Parece claro para mim, no entanto, que esses conceitos são próximos em sua mente quando ele escreve sobre o cuidado de si e a transformação da subjetividade, em passagens sobre a insurreição iraniana. O envolvimento de Foucault com o Irã veio durante o período em que ele trabalhou mais ativamente para desenvolver o conceito de biopolítica. Mais cedo nesse ano, Foucault desenvolveu a noção de biopolítica em relação à governamentalidade, nas suas aulas “Segurança, território, população”, e alguns meses depois da viagem ele começou o curso “O nascimento da biopolítica”, em que ele analisa o neoliberalismo (FOUCAULT 2008). Considerados juntos, o trabalho de Foucault durante esse período sugere que essas lutas sobre a forma de vida assumem um novo caráter e uma nova prioridade sob a governança neoliberal.

O fato que Foucault tem o conceito em mente, todavia, ainda não deixa claro o que ganharíamos ao considerar essas lutas *biopolíticas*. Não existe uma banda larga de lutas, através da história, especialmente lutas revolucionárias, caracterizadas por um conflito entre diferentes formas de vida e orientadas à transformação da subjetividade? Um modo de caracterizar a inovação das lutas biopolíticas é reconhecer como, nelas, as divisões tradicionais entre lutas políticas e lutas econômicas, que eram particularmente centrais na estratégia marxista durante a era da Terceira Internacional, se tornaram indivisíveis. Em verdade, lutas culturais igualmente sobrepõem substancialmente o econômico e o político. Considerar lutas *biopolíticas*, deste modo, não significa que não mais podemos fazer uso, por exemplo, nesses embates, da lógica econômica ou fazer demandas econômicas, mas devemos sempre reconhecer os modos nos quais eles estão incorporadas no político e no cultural e, além disso, que todos eles estão fundamentalmente preocupados com lutas sobre modos de produção de subjetividade e formas de vida. “Lutas de classe no capitalismo contemporâneo”, Giuseppe Cocco (2011) escreve em uma análise embasada pela situação brasileira, “são biolutas: ocorrem precisamente ao redor do processo dual e paradoxal de inclusão e fragmentação da

a audácia e o papel histórico de quem se rebelou, independente do resultado final. Eu, também, não vejo razão em culpar Foucault por suas análises e pelo entusiasmo pelas forças revolucionárias simplesmente porque elas foram derrotadas. “A história mundial seria realmente bem fácil de fazer”, Marx escreve logo depois que os *Communards* foram massacrados em Paris, “se a luta fosse tomada somente sob a condição de chances infalivelmente favoráveis” (FOUCAULT, 1989, p. 87). Foucault segue inspirado, apesar da derrota deles, pela natureza biopolítica das lutas, isto é, sua meta em produzir novas formas de vida, novas subjetividades, uma nova existência.

vida no trabalho” (p. 36-37). Um eixo das lutas biopolíticas, noutras palavras, é a forma como as lutas de classe e as demandas econômicas se tornam inseparáveis, como Cocco sugere, de lutas sobre formas de vida e produção de subjetividade.

A nova face do valor biopolítico

Algumas das mais intensas e interessantes revoltas políticas nas décadas desde a Revolução Iraniana também têm sido organizadas ao redor de diversos dos aspectos, que Foucault havia individuado nessa ocasião. Seria uma tarefa útil, de fato, e um grande empreendimento, analisar até que ponto a noção de luta biopolítica caracteriza adequadamente o espectro amplo de lutas contra o neoliberalismo de nossa era, da rebelião zapatista em Chiapas até a insurreição de 2001 na Argentina, dos movimentos sociais que continuam na Bolívia, no Brasil e África do Sul até as revoltas em Paris e Londres, e inumeráveis outros eventos. Essa análise iria indubitavelmente revelar as maneiras que as lutas contemporâneas vão além do que Foucault poderia reconhecer. Aqui, como meio de concluir, quero brevemente considerar nessa luz um aspecto das revoltas de 2010 e 2011 na Tunísia e no Egito.

As revoltas contemporâneas através do mundo árabe certamente compartilham um elemento muito visível com a insurreição mais antiga do Irã: a reivindicação central de partida do ditador, conquanto importante em si mesma, funciona também como uma plataforma para uma variedade de demandas, ultimamente voltadas a desafiar a dominação da ordem mundial neoliberal emergente. Uma diferença importante também salta aos olhos imediatamente: embora, em 1978, no Irã, a promessa de uma subjetividade radicalmente modificada se situava primariamente no terreno religioso; hoje, alinhada com tantos exemplos de rebelião pelo mundo, a luta biopolítica está combinada com (e assume a forma de) experimentos de autogoverno e organização democrática. Considerar, primeiro de tudo, o fato que a mídia internacional teve tão grande dificuldade para compreender que as lutas na Tunísia e no Egito careciam de liderança centralizada, mas eram assim mesmo fortemente organizadas. Durante o auge das lutas egípcias, anteriores à partida de Hosni Mubarak, jornalistas norte-americanos pareceram particularmente desesperados em identificar um líder dos protestos, a fim de enquadrá-los na narrativa padronizada, e torná-los inteligíveis. Um dia eles relataram que Mohamed ElBaradei emergia como líder, e no outro que o líder era, na realidade, o executivo da Google, Wael Ghonim. Os jornalistas eram incapazes de entender que, como em muitas outras rebeliões contemporâneas, esses protestos eram organizados em rede e horizontais, sem qualquer liderança centralizada, e eram todos

eles mais potentes por causa disso. Os partidos tradicionais e as forças de oposição estabelecidas podiam apenas acompanhar atrás dos movimentos da multidão.

Um dos desdobramentos mais significativos da revolta egípcia, de fato, e um dos mais difíceis de discernir de fora, foi a organização interna e o funcionamento daqueles ocupantes da Praça Tahrir, bem como as estruturas de decisão da multidão que estavam presentes ali. Os ocupantes da praça conseguiram compor junto um espectro amplo de forças sociais, fazer conexões a grupos existentes de oposição, e ainda assim manter a coerência necessária para resistir aos brutais ataques do governo. A Praça Tahrir se tornou emblema de uma estrutura organizacional potente, capaz de não só resistir, como também autogovernar-se, ainda que por um tempo e espaço limitados.

Existem, com efeito, fortes ressonâncias entre as formações da Praça Tahrir e as ocupações de outras praças públicas, nos meses seguintes aos eventos dramáticos no Egito. Manifestantes se reuniram na primavera de 2011 para defender direitos trabalhistas em Wisconsin, para ocupar a Praça Syntagma, contra as medidas de austeridade do parlamento da Grécia, para compor a “multidão indignada”, aglomerada na Puerta do Sol em Madrid, e formar o movimento Occupy Wall Street, cada um desenvolveu estruturas articuladas com um processo decisório interno e democrático. É interessante como, em particular, o movimento 15-M na Espanha transformou a ocupação de uma praça de um protesto sobre a crise econômica e os programas governamentais de austeridade – juntando demandas relacionadas ao desemprego, trabalho precário, moradia, saúde, sistema eleitoral e assim por diante – numa demanda por uma nova prática da democracia, com o slogan “democracia real já.” Esse é um movimento não apenas de democratização radical, Raúl Sanchez Cedillo (s/d) explica, mas também de radicalização democrática, isto é, uma experimentação de reinvenção das práticas de democracia direta de massa, numa praça pública⁹⁹. Esse é um novo mandamento que as formas contemporâneas de rebelião desenvolveram: hoje a luta biopolítica deve também envolver, e mesmo ser orientada primariamente para uma experimentação em organização social de democracia e autonomia. Essas lutas biopolíticas recentes têm sido bem sucedidas em organizar uma praça pública, mas até agora não o foram para organizar uma formação social alternativa.

A interpretação de Foucault do mandamento do oráculo a Diógenes pode uma vez mais ser útil aqui: descobrir os meios de imprimir a “verdadeira face” no campo do valor biopolítico e, assim, transformar as estruturas econômicas e

99 Ver também Toni Negri, “Riflessioni spagnole”, UniNomade 2.0, disponível em: <http://uninomade.org/riflessioni-spagnole/>.

sociais do valor ao longo da sociedade inteira. A verdadeira face do valor, ademais, como as lutas biopolíticas contemporâneas nos ensinam, pode ser criada somente por um poder constituinte capaz de reinventar a democracia e as relações de autonomia. Para embarcar nesse processo, vamos precisar criar uma tecnologia de transformação, em certo sentido superior aos poderes das finanças e da governança neoliberal. Explorar esse caminho, agora bem além de Foucault, pode permitir-nos finalmente cumprir o enigmático mandamento de Diógenes de falsificar a moeda.

Referências

BADIOU, Alain. “De quel réel cette crise est-elle Le spectacle?” *Le Monde*, 18 de outubro de 2008.

MOULIER BOUTANG, Yann. *Cognitive Capitalism*. Londres: Polity Press, 2011.

BRYAN, Dick; RAFFERTY, Michael. “Financial Derivatives and the Theory of Money”. *Economy and Society*, 36, n. 1, 2007, p. 134-158.

CEDILLO, Raúl Sanchez. “15M, multitude que se sirve de máscaras para ser uma”, *Madrilonia.org*, s/d, disponível em: <http://madrilonia.org/?p=3177>.

COCCO, Giuseppe. “As biolutas e a constituição do comum” *Le Monde Diplomatique*, n. 46, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A thousand plateaux*, 1987.

FOUCAULT, Michel. Abril, 1871, Cartas a Dr. Kugelmann, In: *Dits et écrits*, vol. 4, Paris: Gallimard, 1994b.

_____. “L’esprit d’un monde sans esprit”. In: *Dits et écrits*, vol. 3, Paris: Gallimard, 1994a.

_____. “Le chef mythique de la revolte de l’Iran” In: *Dits et écrits*, vol. 3, Paris: Gallimard, 1994a.

_____. “Segurança, território, população”, *Martins Fontes*, 2008.

_____. *A coragem da verdade*, *Martins Fontes*, 2012, ed. Frederic Gros

_____. *O nascimento da biopolítica*, *Martins Fontes*, 2009.

FUMAGALLI, Andrea, *Bioeconomia e capitalismo cognitivo (Bioeconomics and Cognitive Capitalism)* (Roma: Carocci, 2007).

GROSSBERG, Lawrence, “Modernity and Commensuration”, *Cultural Studies* 24, n.º 3 (2010): 295-332, 299.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

LIPUMA, Edward; LEE, Benjamin. *Financial Derivatives and the Globalization of Risk* Durham, NC: Duke University Press, 2004.

MARAZZI, Christian. “The Violence of Financial Capitalism”. In: *Crisis in the Global Economy*, ed. Andrea Fumagalli e Sandro Mezzadra, trad. Jason Francis McGimsey. Nova York: Semiotext(e), 2010.

NEGRI, Antonio. *Marx beyond Marx*. Nova York: Autonomedia, 1989.

_____. “Twenty Theses on Marx” In: *Marxism beyond Marxism*, ed. Saree Makdisi, Cesare Cesarinmo e Rebecca Karl. Nova York: Routledge, 1995.

POSTONE, Moishe. *Time, Labor and Social Domination*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

SKIDELSK, Robert. *Keynes: The Return of the Master* Nova York: Public Affairs, 2009.

STRANGE, Susan. *Casino Capitalism* (Oxford: Blackwell, 1986

■..... **Michael Hardt** é professor de literatura da Duke University (Durham, EUA) e filósofo político, co-autor de vários livros com Antonio Negri, destacando-se a trilogia Império (Record, 2001), Multidão (Record, 2006) e Commonwealth (Harvard press, 2009).